

LEIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES

LEI COMPLEMENTAR Nº. 289/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

“DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL A DOAR UMA ÁREA PÚBLICA DE TERRENO URBANO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL –SEÇÃO ESPÍRITO SANTO –10ª SUBSEÇÃO DE ITAPEMIRIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar da categoria de bem de uso comum do povo, passando a integrar a categoria de bens dominicais do Município, desmembrar e doar à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo – 10ª Subseção de Itapemirim, com ônus e encargos, imóvel de propriedade do Poder Público Municipal, área de terreno total de 720m² (setecentos e vinte metros quadrados), a ser desmembrada de área maior constante na planta urbanística aprovada referente ao local denominado Jardim Paulista, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapemirim, matriculado sob o nº 16.473.

§ 1º O imóvel de que trata o caput deste artigo possui as seguintes características: área de desdobro de 720m² (setecentos e vinte metros quadrados), localizado entre a Rua Ribeirão Preto e a Rua São Caetano do Sul, conforme planta de localização topográfica e laudo de avaliação que se constituem em anexo desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES**

§2º Para efeito do que dispõe este artigo, as despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação e demais encargos, inclusive, o recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como, o seu consequente registro junto ao cartório de registro de imóveis desta comarca, correrão integralmente por conta da outorgada donatária

§3º Eventuais encargos, taxas ou impostos decorrentes do desmembramento do imóvel correrão integralmente por conta da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Espírito Santo, doravante denominada donatária.

Art. 2º A área objeto da doação descrita no artigo 1º desta Lei é intransferível e destina-se exclusivamente à construção e funcionamento da sede da 10ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo, para prestação de serviços à sociedade.

Parágrafo Único. Cabe ao donatário o ônus de zelar, manter e conservar a área objeto da doação, bem como a recuperação de qualquer dano porventura causado em decorrência da ocupação.

Art. 3º. O imóvel, objeto desta doação, será revertido ao patrimônio do Município de Itapemirim/ES caso lhe seja atribuída qualquer destinação que não seja a prevista no art. 2º desta Lei, sem qualquer direito à indenização ou à retenção, assim como no caso de cessarem ou alterarem as razões que justificam a doação, bem como, não se cumprirem os encargos inerentes à doação.

Art. 4º. O imóvel doado retornará ao patrimônio público municipal, caso a donatária não inicie a obra de construção citada no artigo anterior, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do registro da doação no cartório de registro de imóvel, quando a área doada voltará automaticamente a fazer parte do acervo imobiliário do Município.

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES**

Parágrafo Único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada da donatária, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Pública.

Art. 5º O imóvel doado retornará ao patrimônio público municipal, caso a donatária não promova a execução dos seguintes encargos:

I–Construção de estacionamento público na área contígua que se pretende doar referente à parte restante do imóvel avaliado, área que permanecerá sob a posse e propriedade do município de Itapemirim/ES;

II–Criação de espaço verde num contexto urbano de área ajardinada com paisagismo variado, incluindo árvores, flores e gramados, com disponibilização de mesas, bancos e outros itens que entender fundamentais para a funcionalidade e o conforto do ambiente, na área contígua ao imóvel que se pretende doar, que de igual forma permanecerá sob a posse, propriedade e responsabilidade do município de Itapemirim/ES;

III–Escritórios de estrutura compartilhada no modelo de coworking dentro da futura sede da 10ª Subseção de Itapemirim da OAB/ES, oferecendo um ambiente colaborativo e flexível, visando atender toda a advocacia da região, em especial a jovem advocacia;

IV–Garantia de que todas as instalações serão acessíveis a pessoas com deficiência, cumprindo as normas técnicas de acessibilidade;

V–Disponibilização de parte das instalações para uso da comunidade local em eventos sociais e educacionais, mediante prévia solicitação e agendamento;

VI–Colaboração com o Poder Público em projetos e políticas públicas que visem a promoção da justiça social;

Art. 6º As providências e as despesas com lavratura e registro da escritura pública, com regularização do cadastro municipal do imóvel, com pagamento de tributos e tudo mais que incidir sobre a respectiva transação correrão por conta exclusiva da donatária, que deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresentar à SEMAPLAG a certidão de

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
www.itapemirim.es.gov.br
gabinete@itapemirim.es.gov.br -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES**

translado da escritura pública e a respectiva certidão da matrícula do imóvel em seu respectivo nome, sob pena de reversão do procedimento de doação.

Parágrafo Único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada da donatária, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Pública.

Art. 7º. O imóvel objeto da doação não poderá ser alienado.

Art. 8º. Fica desafetado de sua finalidade e de sua destinação pública específica, passando a integrar a categoria dos bens patrimoniais do Município, disponível para alienação, o imóvel identificado no art. 1º, §1º.

Art. 9º. Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, realizar todos os registros contábil e patrimonial necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 10. As obrigações contidas nesta Lei prevalecem perante a diretoria da OAB/ES e seus sucessores, a qualquer título.

Art. 11. Fica o Município isento de qualquer responsabilidade por danos causados pela donatária em razão de suas atividades

Itapemirim-ES, 17 de dezembro de 2025.

GENESIS ALVES BECHARA

PREFEITO MUNICIPAL

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br -

